

### Revista China Hoje



A estreia internacional do Presidente Michel Temer deu-se em setembro passado na reunião do G20, em Hangzhou, na China. Na ocasião, ele estava mais empenhado em ser reconhecido pelos seus pares do que preocupado em levar uma nova proposta de agenda da política externa brasileira para o mundo. A longa crise política e econômica que o Brasil se viu mergulhado nos últimos dois anos, e que culminou no afastamento de Dilma Rousseff, colocou o país em ponto morto. A retomada do desenvolvimento e a velocidade com que o Brasil conseguirá sair desta crise dependerá da capacidade do governo atual de colocar o “trem nos trilhos”.

O mundo observou atentamente o que aconteceu no Brasil. Mudanças de governo geram expectativas nos demais países que esperam preservar ou incrementar as suas relações comerciais e os investimentos feitos no país em questão. Mas mudanças de governo em contextos mais controversos geram uma incerteza ainda maior. Temer tem pouco mais de dois anos para concluir o seu mandato e parece ter poucas condições para deixar uma marca pessoal na política externa brasileira. Não há capital político suficiente para ir além do básico, muito embora, às vezes, o básico torne-se o essencial. O que comanda a sua política externa é a urgência da superação da crise econômica. Por este motivo, a diplomacia brasileira tende a atuar no “modo automático”, sem iniciativas ousadas e sem uma diplomacia presidencial que tanto marcou os anos FHC e Lula.

Foruns como o BRICS e o G20 só farão sentido para o governo na medida em que sejam úteis para a melhoria da economia brasileira. Temas polêmicos que possam gerar custos políticos para o Brasil não farão parte da sua agenda. No que diz respeito aos BRICS, por exemplo, o foco será dado no Novo Banco de Desenvolvimento e não haverá disposição para aproximação de posições políticas comuns em outros foruns internacionais. Neste sentido, a diplomacia brasileira tende a convergir com as opiniões e decisões tomadas pelos países desenvolvidos do Ocidente.

O atual Ministro das Relações Exteriores, José Serra, tem longa trajetória na política brasileira e tudo indica que exercerá a função de chanceler com um olho voltado nos acontecimentos políticos internos. Tido como um dos candidatos para a eleição presidencial de 2018, o Ministro Serra tem dividido a sua agenda entre encontros com políticos e autoridades brasileiros e os compromissos com embaixadores, diplomatas e demais atores dedicados às questões internacionais.

Isto significará um arrefecimento na relação sino-brasileira?

Esta era uma das perguntas que mais ouvi nas vezes em que estive na China este ano. Durante o longo processo de impeachment era evidente a preocupação do governo chinês em saber se a relação com o Brasil sofreria mudanças significativas no caso de um eventual governo Temer. Afinal, após quase quatorze anos de relacionamento com o Brasil sob a presidência do PT, a China estava adaptada à diplomacia petista – ainda que a política externa de Dilma Rousseff tenha sido incompreensivelmente tímida se comparada com a diplomacia ativa do Lula.

Entretanto, com o governo Temer há a possibilidade das relações sino-brasileiras continuarem seu percurso na direção do seu fortalecimento, ainda que com mais vantagem para os chineses. O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) anunciado por Temer prevê a concessão ou venda de mais de trinta projetos nas áreas de energia, aeroportos, rodovias, portos, ferrovias e mineração. A China está claramente interessada neste Programa e é um dos poucos países com capacidade financeira para participar dos leilões. Os acordos assinados com o Brasil por ocasião da ida do Presidente Temer à China dá evidências disto. Foram assinados acordos que envolvem negócios bilionários, tais como a venda de 50 aviões da Embraer, investimentos na Petrobras, construção de siderúrgica no Maranhã e participação chinesa na CPFL Energia.

Porém, as relações com a China são importantes demais para serem tratadas dentro de padrões convencionais de diplomacia. É preciso atentar para o fato de que, hoje, a China é uma liderança econômica e política mundial com alto grau de influência sobre o futuro da humanidade. Será um equívoco querer avançar na relação com a China sem levar em conta os espaços políticos e institucionais que ela atribui significativa importância – ainda mais quando o próprio Brasil é parte integrante e fundadora de alguns destes espaços, como é o caso dos BRICS e do G20. Além disso, o aprofundamento de uma parceria estratégica com a China implica não só uma atuação positiva nestes fóruns mas também uma melhor compreensão do que é a China atual. A VIII Cúpula dos BRICS, na Índia, é a ocasião perfeita para o Brasil afirmar o seu compromisso com iniciativas que alargam o campo de visão de nossa diplomacia para além do Atlântico Norte e Sul.

Este artigo foi também publicado no jornal O Globo no dia 18 de outubro de 2016. Para acessá-lo: <http://oglobo.globo.com/opiniao/novo-rumo-com-china-20305127>